

# Revista Filosófica de Coimbra

vol.11 | n.º22 | 2002

Miguel Baptista Pereira  
Mário Santiago de Carvalho  
Fernanda Bernardo  
Cristóvão da Silva Marinheiro

possibilita a teologia. Seja como for, em ambas as direcções de investigação, de Theis e de Ferretti, é-nos dado um Kant que experimenta a razão nos seus limites, nos confins, conceito problemático, é certo, mas nem por isso menos necessário.

Mário Santiago de Carvalho

CHRISTOPH ASMUTH, *Das Begreifen des Unbegreiflichen. Philosophie und Religion bei Johann Gottlieb Fichte 1800-1806*, Spekulation und Erfahrung. Texte und Untersuchungen zum Deutschen Idealismus, Frommann-Holzboog, Stuttgart – Bad Cannstatt, 1999, 411 pp.

A obra *A Concepção do Inconceptualizável – Filosofia e Religião em Johann Gottlieb Fichte, 1800-1806*, de Ch. Asmuth, insere-se na linha de estudos desenvolvida sobretudo a partir da edição crítica da obra de Fichte, iniciada em 1962 sob a direcção de Reinhard Lauth, que parece encontrar-se definitivamente firmada no panorama filosófico contemporâneo. O interesse pelo pensamento de Fichte, manifesto em diversos países e em diferentes tendências de interpretação, resulta da presença, nos seus textos, de uma investigação incessante, que jamais recua perante os obstáculos conceptuais, de *princípios últimos* para o conhecimento do mundo, para a auto-tematização do pensamento e para a acção.

Diversas características do pensamento fichteano motivam o interesse daqueles pensadores dispostos, nos termos de Fichte, a “reflectir até ao fim”, ou seja, a nunca renunciar a exercer a compreensão e a inteligência próprias do sujeito pensante perante os factos. Entre essas características estão, em primeiro lugar, a radicalidade de um pensar que interroga sempre pelas condições primeiras de qualquer pensamento ou intuição. Em segundo lugar, o facto de que a investigação realizada envolve uma unificação entre princípios teóricos e práticos. A especulação filosófica deve vir a par de conceitos para a acção. Em terceiro lugar, porque a sua busca conceptual não é feita dentro de um quadro rígido, mas em versões sucessivas de uma *Doutrina da Ciência* [=WL] e outros textos, num permanente desenvolvimento. E poderia referir-se ainda, como motivo de interesse, a novidade de muitos dos textos e versões completas da WL que, embora escritos no período da filosofia clássica alemã, permaneceram inéditos até muito recentemente.

A obra em apreço abrange o período de 1800 a 1806, e consiste em cinco estudos relativamente autónomos. Asmuth estuda (1) a relação entre a denominada “filosofia popular” e a exposição científica da filosofia; (2) expõe alguns aspectos da filosofia da religião de Fichte segundo a *Iniciação à Vida Feliz* [=IVF], de 1805; (3) investiga a relação entre a linguagem e a *Doutrina da Ciência*; (4) empreende um estudo e comentário da segunda versão da *Doutrina da Ciência* de 1804 [=WL 1804<sup>2</sup>]; por fim, (5) aborda a relação entre Fichte e Schelling, desde a sua ruptura em 1801 até à IVF. Uma breve conclusão crítica encerra o livro. A unidade da obra assenta sobretudo no retorno de algumas questões como, por exemplo, a das relações entre idealismo e realismo, unidade e diversidade, fenomenologia e doutrina da verdade, ou exposição popular e exposição científica.

(1) Asmuth parte de um estudo histórico das concepções acerca da filosofia popular desde as últimas décadas do século XVIII, até às propostas fichteanas de 1805. O modo como Fichte se apropria do tema da popularização da filosofia exhibe uma tensão interna do seu pensamento, entre a impossibilidade confessada de a filosofia transcendental se tornar popular, uma vez que a sua atitude não coincide com a da consciência natural, por um lado e, por outro, o *pathos* do autor, ainda de cariz iluminista, de intervir sobre o público

através duma exposição popular das suas concepções filosóficas (26). Asmuth detecta esta tensão, que interpreta como uma mudança da posição de Fichte relativamente ao papel e importância da filosofia popular, em diferentes tomadas de posição no *Relatório Claro como o Sol sobre o Carácter da Nova Filosofia*, de 1801, e na *IVF*, de 1805 (39, 42, 64). Ao passo que na primeira obra o público não especializado terá de se contentar apenas com uma imagem e conceito sempre insuficientes duma ciência que não se podia popularizar, já na obra de 1805, o conteúdo verdadeiro está acessível ao público em geral. Segundo esta última posição, a religião cristã já teria fornecido à consciência natural, de modo não científico, o mesmo conteúdo que a filosofia irá reencontrar e fundamentar com o seu procedimento metodicamente controlado (46). A filosofia popular, representada pela exposição da *IVF*, é entendida então somente como um retorno dos conteúdos filosóficos à sua origem exotérica (64, 65). Asmuth defende a tese de que a exposição popular não é inteiramente exterior à exposição científica, mas encontra a sua fundamentação científica na perspectiva realista do saber, conforme desenvolvida na *WL 1804*<sup>2</sup> (47, 281).

(2) Dois factores parecem apontar para uma aproximação de Fichte ao cristianismo a partir de 1804. São eles a sua admiração expressa pelo Evangelho de São João (129), e a adopção do conceito de Deus como parte integrante das exposições da *WL* (149). Asmuth procura mostrar, porém, na sua análise da *IVF*, que essa aproximação é apenas superficial, posto que as diferenças de Fichte relativamente à dogmática cristã são consideráveis, em especial no que diz respeito à noção de criação, de revelação, e à cristologia (138, 149, 150). O autor documenta de modo convincente a perspectiva intelectualística da filosofia da religião fichteana, para a qual o pensar deve substituir integralmente a crença. Todavia, a análise da perspectiva complementar, i.e., da concepção de que o saber científico também engloba em si mais do que uma forma de crença, e.g., na *WL* de 1805, poderia revelar uma relação mais profunda entre a crença e o saber filosófico-científico do absoluto do que é aqui aventado.

(3) Um dos pontos mais interessantes da obra é a análise das relações entre a *Doutrina da Ciência* e a linguagem. A concepção fichteana da linguagem está intimamente ligada à sua noção da intuição, assim como à possibilidade e à necessidade das múltiplas versões da *WL* desenvolvidas pelo filósofo, i.e., à infinidade da expressão que o pensamento pode assumir dentro da unidade e unicidade duma intuição (163). A arbitrariedade dos signos (158), uma concepção generalizada da linguagem como metáfora (165), e a concepção do pensar fundamental como autónomo em relação à linguagem (215n.), são noções que permitem a Fichte entender a *WL* como “um pensamento sempre novo e a repetir, que se exprime de modo diferente em diferentes condições temporais e comunicativas” (cit. in 153). O pensar possui sempre um excesso relativamente à linguagem (167), e é a ductilidade desta, resultante desse excesso, que justifica o tratamento que Fichte lhe dá, onde metáfora e expressão científica estão sempre em interacção (165). Sinal disto é, e.g., o emprego técnico de vocábulos como “luz” ou “nós”, a criação de termos como “Tathandlung”, ou a ousada substantivação de partículas como “Durch”, “Von”, “Zwischen” e “Als” (“através”, “de”, “entre”, “como”), entre outros.

(4) Poderá considerar-se como o núcleo da obra a análise empreendida da *WL 1804*<sup>2</sup> (170-315), texto duma crescente importância dentro da bibliografia fichteana (193-194). Asmuth começa por discutir o conceito da *WL* como determinação reflexiva da ciência, ou “ciência da ciência” (171). Um ponto central para esta determinação é a não admissão de qualquer princípio dogmaticamente definido, segundo a concepção de Fichte do “dogmatismo” (173-174). Como perspectiva oposta à do dogmatismo, Fichte propõe um “idealismo” transcendental e crítico que, no seu desenvolvimento, irá progressivamente recebendo traços de “realismo” (cf. 175ss.). Entre 1794 e 1804 Fichte descobre, através de diferentes estádios (1797/1798 e 1801/1802), que a tarefa da filosofia crítica é a reconstrução da

unidade absoluta e reflexiva, na qual e pela qual o saber se pode esclarecer inteiramente a si mesmo e aos seus procedimentos. O tema da WL 1804<sup>2</sup> é então o de “reconduzir todo o diverso à unidade absoluta” (cit. in 182; cf. tb. 191).

Um problema significativo é, entretanto, que todo o saber, inclusivamente o da WL, se dá como um *facto*, e será exigível então que esse facto seja também ele reconduzido à sua condição de possibilidade e gênese primeira (183, 203). Fichte começa, por isso, a WL 1804<sup>2</sup> com (I) uma “*propedêutica*”, onde aquilo que denomina “luz”, a condição de todo o saber na sua forma imediata e una, é conduzido até à sua correlação essencial com o “conceito”, que exprime a mediação e figuração da luz numa forma relacional e reflexiva (cf. 205-208, 218, 220, 222). (II) Segue-se, ainda com carácter propedêutico, uma *discussão acerca do idealismo e do realismo*, onde é exibida a insustentabilidade destas duas posições. O resultado é a anulação do hiato entre o pensar e o absoluto “em-si”, ou da perspectiva que é projectada pelo pensar sobre o seu objecto. Assim, por um lado, o absoluto “em-si” proposto pelo realismo é finalmente destruído na intelecção de que ele não pode ser pensado senão através da “negação de um oposto a ele” (242), ou seja, do próprio pensar. O “em-si” é inteligido, então, como relação ao “não-em-si” (ib.). Por outro lado, o “exterior” ao em-si é entendido como inessencial, “a escada, que se deixa para trás” – nos termos de Fichte (cf. 243) – quando se acede ao em-si. (III) Segundo Asmuth o em-si assim definido não é ainda a unidade absoluta proposta pela WL (246), mas apenas a condição para aceder à terceira parte da obra, a “*Doutrina da Verdade*”, que é a “primeira parte da WL” (247). Após a eliminação de todas as perspectivas realistas e idealistas sobre o saber, o absoluto é definível, nas palavras de Fichte, como “inteiramente a partir de si, em si, por si; este si, porém, de modo nenhum tomado como oposição, mas de modo puramente interior” (ib.). O absoluto é designável então como *ser, vida, nós*, ou ainda, *eu* (cf. 248). Sendo este último, segundo Asmuth, o absoluto na WL 1804<sup>2</sup>, não há uma alteração na concepção do absoluto presente nas diferentes fases da WL, que se mantém fiel ao primado do eu (cf. 305, 308). (IV) A WL 1804<sup>2</sup> prossegue com a exposição duma “*Fenomenologia*”, cuja função é elucidar a existência do diverso fenomênico diferente do ser absoluto encerrado em si mesmo (cf. 255). Trata-se, segundo Fichte, de um “emanar imanente” (256n.), cujo sentido só pode ser entendido como uma “auto-construção do ser”, a sua “existência”, ou o seu “fenómeno” (258). O procedimento da WL será de tipo hipotético, do género: “*se deve haver uma construção do ser, então...*” são exigidas determinadas condições. A primeira destas condições é que a construção “deve ser fundada no próprio ser” (260). Este carácter hipotético transformar-se-á em categórico pela compreensão de que o absoluto, por si mesmo, coincide com a denominada “luz” (275). O saber é afinal o facto e o fenómeno primeiros, pura “gênese” ou o sujeito da WL, i.e., “nós” mesmos (283, 294, 295). Fichte procede então a análises da “certeza” e do “ver”. A certeza exprime o encerramento em si do saber nas suas próprias condições (292), pela qual ela é também um “ver”, cuja característica teórica central é a ligação entre o seu conceito e a sua existência. O ver não se deixa pôr sem o seu existir (294-295). Esta ligação entre o conceito e a existência é a *razão*, que Fichte entende também como livre expressão do absoluto na existência (296), concluindo-se assim, nesta ligação entre saber e existência, o estudo da WL 1804<sup>2</sup>.

(5) A obra aborda, em seguida, as relações entre Fichte e Schelling desde a sua correspondência de 1801, focando principalmente a *Exposição do Meu Sistema* de Schelling e a sua crítica por Fichte nas versões não publicadas de 1804 e 1805 da WL (329ss.); o escrito de Schelling *Filosofia e Religião* (1804) e a réplica de Fichte (342ss.); a *Exposição da Verdadeira Relação da Filosofia da Natureza com a Doutrina Fichteana Melhorada* (1806), de Schelling, com a respectiva réplica no *Relatório sobre o Conceito da WL* (1806), de Fichte. O ponto capital da divergência entre os dois autores é o papel conferido à reflexão (366) que, ao contrário de Schelling, mantém-se para Fichte como o lugar inalienável onde

todo e qualquer saber pode ser construído – ainda que se entenda o saber como o fenómeno, a auto-construção e a exposição do ser absoluto.

(6) O livro encerra com a apresentação de algumas anotações críticas, que incidem principalmente sobre aquilo que Asmuth interpreta como a recondução realizada por Fichte, na WL 1804<sup>2</sup>, do “nós” a um “eu” encerrado em si próprio (375), o que, a par do primado da unidade, exclui da teoria fichteana do eu absoluto todo a interpersonalidade e qualquer verdadeiro outro. Na medida em que falta um conceito de “abertura”, mesmo o conceito da “relação absoluta” defendido por Fichte permanece, segundo o autor, preso ao conceito da absoluta unidade (376). Poderia aqui observar-se, contudo, que a função do “inconceptualizável” fichteano, que é trazido ao conceito justamente *como* inconceptualizável, a par da efectiva teorização do conceito de “abertura” por Fichte, que se pode traçar desde os *Fundamentos da WL* de 1794/95 até ao período tardio, poderiam conduzir a discussão sobre a função da alteridade e da interpersonalidade na teoria fichteana do absoluto até um patamar mais vasto.

A *Concepção do Inconceptualizável* constitui sem dúvida uma obra de primeira linha na investigação fichteana no que diz respeito às relações entre a filosofia e a religião, e de um contributo importante sobre a influência de Schelling no desenvolvimento da WL a partir de 1801/1802. Pela sua precisão e adequada fundamentação, a análise ora presente da estrutura da WL 1804<sup>2</sup> é, por sua vez, um auxiliar imprescindível para a leitura e interpretação desse texto, e um passo significativo em direcção a uma compreensão efectiva das versões tardias da WL.

*Diogo Ferrer*